

A.I. N.º - 110526.0140/02-6
AUTUADO - NERIVALDO DE JESUS SANTOS
AUTUANTE - ANTÔNIO ARAÚJO AGUIAR
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 05/06/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0182-03/02

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NO MOMENTO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO DAS MERCADORIAS. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 19/02/02, exige ICMS no valor de R\$ 5.745,39, imputando ao autuado a seguinte infração:

“Falta de recolhimento do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas, cujo importador seja estabelecido no Estado da Bahia”.

Foi lavrado o Termo de Apreensão e Ocorrências nº 124157.0031/02-3, apreendendo as mercadorias constantes da Nota Fiscal nº 0001 (fl.09).

O autuado apresentou impugnação, à fl. 44, informando estar anexando aos autos (fl. 45), comprovante de recolhimento do ICMS devido na importação em exame, recolhido em 07/01/02. Diz que o valor constante do documento (R\$ 13.774,55) é superior ao devido, pelo fato de ter sido incluído erroneamente no mesmo, valores referentes a outra declaração de importação. Ao final, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fls. 49 a 52), diz que o autuado não observou quando efetuou o recolhimento por ele anexado, que o montante do ICMS deve integrar a sua própria base de cálculo, também na importação, de acordo como o que determina o art. 52, caput e parágrafo único, do RICMS/97, após a alteração nº 30 do referido regulamento. Apresenta quadro, à fl. 51, onde demonstra o cálculo que o autuado deveria ter efetuado para encontrar o real valor do imposto a ser pago na importação, ou seja, R\$ 19.519,75, informando que ao abater o valor já recolhido através de GNRE (R\$ 13.774,55) resta o débito exigido no A.I. no valor de R\$ 5.745,39. Ao final, ressaltando que o fato gerador do presente processo se deu com o recolhimento a menor do ICMS devido, pede a procedência da autuação.

VOTO

O presente processo exige ICMS em virtude da falta de recolhimento do imposto no momento do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas, cujo importador é estabelecido neste Estado.

O autuado alegou que recolheu em 07/01/02 o imposto em lide, conforme cópia de GNRE, à fl. 45, no valor de R\$ 13.774,55.

No entanto, o autuante comprovou nos autos que o autuado não observou, quando efetuou o recolhimento acima mencionado, que o montante do ICMS deve integrar a sua própria base de cálculo, também na importação, de acordo com o que determina o art. 52, caput e parágrafo único, do RICMS/97, após a alteração nº 30 do referido regulamento (Decreto 8.088, de 27/12/2001).

O quadro, à fl. 51, demonstra o cálculo que o autuado deveria ter efetuado para encontrar o real valor do imposto a ser pago na importação, ou seja, R\$ 19.519,75. Como já havia recolhido o valor de R\$ 13.774,55, resta ainda um valor a ser recolhido no valor de R\$ 5.745,39, exatamente o valor exigido na presente autuação.

Do exposto, estando comprovado que houve recolhimento a menor do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110526.0140/02-6**, lavrado contra **NERIVALDO DE JESUS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 5.745,39**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de maio de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADOR